Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.12, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v12i1.4186

ECONOMIA SOLIDÁRIA E GÊNERO EM BELO HORIZONTE: CAMINHOS DE RESISTÊNCIA FEMININA E CONSTRUÇÃO DE AUTONOMIA NO ESPAÇO URBANO POPULAR

SOLIDARITY ECONOMY AND GENDER IN BELO HORIZONTE: PATHS OF FEMALE RESISTANCE AND THE CONSTRUCTION OF AUTONOMY IN THE POPULAR URBAN SPACE

Francisco Renato Silva Ferreira
Pós-graduando em Economia Solidária, Inovação e Gestão Social (EESIGS)
Universidade Federal do Cariri (UFCA)
Endereço: Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil
E-mail: renato.ferreira@aluno.ufca.edu.br
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3977-0136

Laureci Alves de Paula
Pós-graduanda em Economia Solidária, Inovação e Gestão Social (EESIGS)
Universidade Federal do Cariri (UFCA)
Endereço: Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil
E-mail: laureci.alves@ufca.edu.br
ORCID: https://orcid.org/0009-0000-1410-858X

Fabiana Moreira Loula
Pós-graduanda em Economia Solidária, Inovação e Gestão Social (EESIGS)
Universidade Federal do Cariri (UFCA)
Endereço: Maricá, Rio de Janeiro, Brasil
E-mail: fabiana.loula@aluno.ufca.edu.br
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4709-912X

Fernanda Louro de Souza
Pós-graduanda em Economia Solidária, Inovação e Gestão Social (EESIGS)
Universidade Federal do Cariri (UFCA)
Endereço: Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil
E-mail: flsouza@ufmg.br
CV: http://lattes.cnpq.br/0455099300222607

Recebido: 01/06/2025 – Aceito: 16/06/2025

Resumo

Este artigo analisa criticamente a construção histórica da Economia Solidária em Belo Horizonte, destacando sua potência como instrumento de resistência feminina, emancipação econômica e reconfiguração das práticas urbanas de produção e cuidado. A pesquisa, fundamentada em

revisão bibliográfica e análise documental, evidencia como mulheres em situação de violência e vulnerabilidade protagonizaram processos coletivos de autogestão, criando redes produtivas que desafiam a lógica capitalista e a exclusão sistêmica. A institucionalização parcial do movimento, a criação do Centro Público e a estruturação do Fórum Municipal revelam um campo tenso de disputas entre autonomia popular e normatização estatal. Discutem-se os desafios enfrentados quanto ao acesso ao espaço público, às contradições das parcerias institucionais e à incorporação de tecnologias sociais. Os resultados apontam para a Economia Solidária como prática concreta de inovação social, pedagogia política e reinvenção do trabalho, revelando que, mesmo nos interstícios da precariedade, é possível gestar mundos baseados na solidariedade, na dignidade e na participação coletiva.

Palavras-chave: Economia Solidária; Gênero; Autonomia; Justiça Social; Inovação Comunitária.

ABSTRACT

This article offers a critical analysis of the historical construction of Solidarity Economy in Belo Horizonte, emphasizing its role as a strategy of female resistance, economic emancipation, and transformation of urban practices of production and care. Based on bibliographic review and document analysis, the study highlights how women in contexts of violence and social vulnerability have led collective self-managed initiatives, forming productive networks that challenge capitalist logic and systemic exclusion. The partial institutionalization of the movement, the creation of the Public Center, and the organization of the Municipal Forum reveal a field marked by tensions between grassroots autonomy and institutional regulation. The discussion addresses ongoing challenges, such as the dispute over public space, contradictions within state partnerships, and the strategic use of social technologies. The results point to Solidarity Economy as a practice of social innovation, political pedagogy, and reinvention of labor—demonstrating that solidarity, dignity, and collective participation can shape alternative futures, even amid structural adversity.

Keywords: Solidarity Economy; Gender; Autonomy; Social Justice; Community Innovation.

1. Introdução

Nas últimas décadas, a Economia Solidária tem emergido, em distintas geografias brasileiras, como uma prática contra-hegemônica que tensiona os

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v12i1.4186

limites do sistema capitalista convencional e suas estruturas excludentes. Mais do que uma alternativa econômica, ela se constitui como um projeto ético e político, fundamentado na autogestão, na cooperação e na valorização do trabalho humano. Sua potência reside justamente na capacidade de articular subsistência e dignidade, geração de renda e emancipação, especialmente entre grupos historicamente marginalizados – entre eles, as mulheres em situação de vulnerabilidade e violência estrutural.

No contexto urbano de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, a Economia Solidária desponta como resposta concreta à ausência de políticas públicas integradas capazes de assegurar autonomia econômica às mulheres submetidas à violência doméstica. Não se trata apenas de produzir para sobreviver, mas de romper com ciclos de dependência material e simbólica que sustentam as múltiplas formas de opressão de gênero. Ao ocupar espaços públicos com feiras autogestionadas e estabelecer redes de produção coletiva, essas mulheres operam uma reconfiguração política de seus próprios territórios, conferindo nova centralidade à economia do cuidado, à reciprocidade e à justiça social.

O processo de institucionalização dessa mobilização popular é atravessado por alianças intersetoriais, como a atuação da sociedade civil organizada e a abertura progressiva de canais de diálogo com o poder público municipal. A criação do Centro Público de Economia Solidária, no ano de 2003, constitui um marco simbólico e material dessa articulação, ao passo que o surgimento do Fórum Municipal consolida uma instância de organização política capaz de sustentar a pluralidade dos empreendimentos solidários. Esse percurso revela que a Economia Solidária não se limita à esfera produtiva, mas também compõe espaços de formação cidadã, reconstrução subjetiva e produção de saberes coletivos.

Ao promover a articulação entre sujeitos historicamente silenciados e instâncias institucionais, a experiência belo-horizontina revela que a solidariedade, quando transformada em prática organizativa, pode ser instrumento de transformação radical das relações sociais. A luta por reconhecimento, por espaço urbano e por legitimidade política torna-se indissociável da construção de novas racionalidades econômicas, em que o valor

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v12i1.4186

do trabalho não se mede pelo lucro, mas pelo seu impacto na vida coletiva.

Diante desse cenário, este artigo tem por finalidade realizar uma análise crítica da trajetória da Economia Solidária em Belo Horizonte, com atenção às suas origens populares, aos mecanismos de autogestão, aos desafios enfrentados na interface com a lógica capitalista e às tensões presentes nas articulações institucionais. A partir de uma abordagem qualitativa, sustentada em revisão bibliográfica e análise documental, propõe-se compreender a Economia Solidária como campo de disputa política, pedagógica e epistemológica – onde a resistência cotidiana se transforma em estratégia de reinvenção do comum, de afirmação da cidadania e de insurgência contra a mercantilização da vida.

2. Fundamentação Teórica

A Economia Solidária não se constitui apenas como resposta pragmática à crise do trabalho ou à precarização das relações produtivas; ela expressa um projeto civilizatório em disputa, cujo horizonte ético-político desafia as bases da economia de mercado. Rompendo com a lógica acumulativa, competitiva e hierárquica do sistema capitalista, os empreendimentos solidários propõem uma reorganização radical da produção, do consumo e das formas de sociabilidade, ancorada em princípios de cooperação, autogestão, sustentabilidade e valorização da dignidade humana.

Segundo Paul Singer (2000), um dos principais pensadores do campo no Brasil, a Economia Solidária é marcada por uma nova forma de racionalidade econômica, na qual os sujeitos coletivos, e não o capital, constituem o centro das decisões produtivas. Para o autor, essa prática não visa ao lucro individual, mas ao bem comum, desafiando a cisão moderna entre economia e sociedade. Essa perspectiva coloca em evidência uma reapropriação política do fazer econômico, resgatando o trabalho como meio de construção da cidadania e da autonomia coletiva.

Nesse mesmo horizonte, Laville (2003) propõe o conceito de “economia plural”, sublinhando que as formas solidárias de produção não são resquícios de um passado pré-capitalista, mas manifestações contemporâneas de resistência

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v12i1.4186

criativa, que dialogam com múltiplas racionalidades. Para ele, a pluralidade econômica é condição de possibilidade para uma democracia substantiva, pois amplia os espaços de decisão coletiva e distribui os recursos e os saberes de maneira mais equitativa. Assim, a Economia Solidária apresenta-se como campo de inovação social e política, comprometida com a transformação das estruturas excludentes do Estado e do mercado.

A compreensão dessa prática exige, contudo, uma leitura interseccional que considere os marcadores sociais da diferença – em especial o gênero, a classe e a raça – como elementos constitutivos das desigualdades enfrentadas. A partir das contribuições de Saffioti (2004), torna-se evidente que a dependência econômica é uma das engrenagens mais perversas da violência de gênero, atuando como dispositivo de controle e submissão sobre os corpos e vidas das mulheres. Sob tal perspectiva, garantir o acesso ao trabalho digno e à renda não se resume a uma questão econômica, mas torna-se ação estratégica de enfrentamento ao patriarcado.

Nesse mesmo sentido, Bandeira (2014) argumenta que qualquer proposta de superação da violência contra a mulher demanda a articulação entre políticas públicas intersetoriais e práticas comunitárias que promovam a autonomia e a pertença social. A Economia Solidária, ao valorizar os vínculos comunitários, o protagonismo feminino e a autogestão, institui-se como território fértil para o florescimento de trajetórias emancipatórias, especialmente quando ancorada em metodologias participativas e tecnologias sociais desenvolvidas pelos próprios sujeitos envolvidos.

As tecnologias sociais, conforme conceituadas por Dagnino (2014), compreendem processos de inovação construídos em diálogo com os territórios populares, baseados no reconhecimento dos saberes locais e na coprodução de soluções para desafios concretos da vida coletiva. No contexto da Economia Solidária, essas tecnologias transcendem o aparato técnico-instrumental e assumem dimensão pedagógica, ao fomentar práticas educativas que se traduzem em consciência crítica, fortalecimento comunitário e reconfiguração das subjetividades coletivas.

Ainda dentro desse escopo teórico, os estudos de Gaiger (2011)

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v12i1.4186

aprofundam a noção de trabalho como prática política e formativa. Para o autor, o envolvimento nos empreendimentos solidários desencadeia processos de revalorização da experiência, do pertencimento e da responsabilidade compartilhada, contribuindo para a construção de identidades sociais mais autônomas e insurgentes. O trabalho, nesse caso, deixa de ser mera atividade econômica e transforma-se em espaço de criação simbólica, ética e relacional.

Por fim, as reflexões de Sachs (2004) sobre desenvolvimento sustentam a crítica à visão economicista que reduz o progresso a indicadores de crescimento. Em contraposição, propõe-se uma concepção de desenvolvimento que incorpore dimensões culturais, ecológicas, políticas e sociais, valorizando a diversidade e a participação como critérios de legitimidade. A Economia Solidária, ao articular trabalho, cuidado e justiça social, inscreve-se nesse paradigma de desenvolvimento plural e inclusivo, operando como antídoto às lógicas homogeneizantes da globalização neoliberal.

Em síntese, a fundamentação teórica aqui adotada reconhece a Economia Solidária como prática subversiva das normativas hegemônicas, cuja potência reside não apenas na produção material, mas na reconfiguração ética e política dos modos de existir. Trata-se de um campo em constante disputa, onde a economia se reaproxima da vida, e onde a solidariedade, longe de ser retórica, torna-se prática cotidiana de resistência e transformação social.

3. Economia Solidária em Belo Horizonte: Origens e Desenvolvimento

A gênese do movimento de Economia Solidária em Belo Horizonte está profundamente imbricada com as urgências vividas por mulheres em situação de violência doméstica, cuja vulnerabilidade econômica as mantinha cativas em relações marcadas pela opressão e pelo medo. Ao reconhecer que a dependência financeira não era apenas um dado material, mas um mecanismo estrutural de perpetuação da submissão, essas mulheres transformaram a precariedade em motor de organização coletiva. Em vez de permanecerem relegadas à invisibilidade, lançaram-se à ocupação criativa dos espaços públicos, constituindo feiras autogestionadas que não apenas vendiam produtos, mas

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v12i1.4186

anunciavam novas possibilidades de vida.

As primeiras experiências, embora incipientes, carregavam em si a potência da insurgência. Organizadas inicialmente com o apoio de instituições de acolhimento, como a ONG Movimento de Mulheres do Graal, essas feiras funcionavam como territórios provisórios de liberdade. Ali se reuniam mulheres que, muitas vezes, haviam sido silenciadas, e que agora assumiam o protagonismo da própria trajetória, produzindo, vendendo, escutando-se mutuamente e construindo redes de solidariedade que desafiavam a lógica do isolamento. A Economia Solidária, nesse contexto, não era apenas prática econômica, mas afirmação de presença política nos interstícios da cidade.

A essas iniciativas somaram-se outros segmentos igualmente vulnerabilizados – como pessoas em sofrimento psíquico, jovens desempregados e artesãos das periferias – compondo um mosaico heterogêneo de resistências. Destaca-se, nesse processo, o grupo Sulicato, que desenvolveu práticas produtivas baseadas no reaproveitamento de materiais, conjugando inclusão produtiva, sustentabilidade ambiental e cuidado com a saúde mental. A atuação desses grupos evidencia uma concepção ampliada de trabalho, que integra produção, cuidado, vínculo comunitário e reconstrução subjetiva.

O ponto de inflexão institucional ocorre em 2003, com a criação do Centro Público de Economia Solidária, instalado na simbólica Praça da Estação. Este equipamento, fruto de articulação entre o movimento popular e a gestão pública municipal, assume papel estratégico na consolidação do campo solidário: oferece formação, visibilidade e apoio logístico, mas, sobretudo, reconhece juridicamente os empreendimentos como sujeitos coletivos legítimos. O Centro torna-se, assim, um lugar de interseção entre saberes populares e políticas públicas, entre práticas autônomas e processos institucionais de fomento.

Com o amadurecimento do movimento, emerge a necessidade de aprofundar sua organização política. Surge, então, o Fórum Municipal de Economia Solidária de Belo Horizonte, cuja composição plural garante representatividade aos empreendimentos, entidades de apoio e representantes do poder público. Trata-se de um espaço deliberativo, construído a partir do princípio da gestão democrática, que se estrutura em redes temáticas – como

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v12i1.4186

alimentação, confecção, artesanato, cosméticos e serviços – conforme os campos de atuação dos grupos. Essas redes não apenas coordenam as atividades produtivas, mas criam dispositivos de escuta e articulação entre as realidades locais e as diretrizes coletivas do movimento.

O ingresso de novos grupos obedece a critérios que expressam o compromisso com os valores solidários: exige-se a participação em um processo formativo inicial, com duração aproximada de três meses, nos quais são debatidos temas como cidadania econômica, autogestão, direitos sociais e sustentabilidade. Essa etapa não se resume à capacitação técnica, mas opera como ritual de iniciação política, promovendo a construção de vínculos identitários e o alinhamento ético entre os participantes. Somente após essa formação os grupos passam a integrar as atividades regulares do Fórum, como as feiras temáticas e as reuniões deliberativas.

O percurso vivido pelo movimento em Belo Horizonte reflete, portanto, uma combinação singular entre insurgência popular e institucionalização progressiva. Ao mesmo tempo em que enfrenta os limites do Estado e a exclusão imposta pelo mercado, a Economia Solidária inaugura práticas que reconfiguram o próprio sentido da política pública: desloca o foco da gestão centralizada para o protagonismo dos sujeitos coletivos, do assistencialismo para a emancipação, da competitividade para a cooperação.

Assim, ao longo de sua trajetória, o movimento de Economia Solidária em Belo Horizonte transforma carência em potência, vulnerabilidade em organização e invisibilidade em afirmação pública. Ao fazer do território urbano palco de uma nova racionalidade econômica – centrada no cuidado, na partilha e na construção coletiva – o movimento não apenas sobrevive, mas resiste, reinventa e transforma. O que está em jogo não é apenas a geração de renda, mas a reinvenção das condições de possibilidade para o exercício pleno da cidadania.

4. Desafios e Contradições: A Luta pelo Espaço Público e a Resistência ao Modelo Capitalista

A consolidação do movimento de Economia Solidária em Belo Horizonte,

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v12i1.4186

ainda que marcada por significativos avanços institucionais e mobilização popular, encontra-se permeada por obstáculos que não podem ser compreendidos apenas como dificuldades operacionais. São, em essência, entraves estruturais enraizados nas contradições entre a lógica emancipatória da solidariedade e a racionalidade funcionalista do capitalismo. Em especial, os conflitos em torno da ocupação do espaço público, da relação com o poder público e da imposição de padrões mercadológicos revelam disputas simbólicas e materiais que atravessam a prática cotidiana dos empreendimentos solidários.

Um dos pontos nevrálgicos dessa tensão diz respeito à realização da Feira Estadual de Economia Solidária, evento que, embora concebido como espaço de visibilidade, renda e fortalecimento das redes populares, tem sido constantemente atravessado por disputas quanto à sua localização e à gestão de sua logística. A recusa de espaços centrais da cidade, como a Praça Sete ou a Praça da Assembleia, em favor de locais elitizados e de acesso restrito – como clubes privados ou centros comerciais – evidencia o esforço de despolitização e esvaziamento simbólico de uma prática que, em sua essência, reivindica o direito à cidade.

A questão do território, nesse contexto, não se reduz à escolha de um local para exposição de produtos, mas envolve o reconhecimento do espaço urbano como palco de disputa entre duas concepções antagônicas de cidade. De um lado, a cidade-mercadoria, orientada pela lógica da rentabilidade e da higienização social, onde o espaço público é progressivamente submetido à privatização. De outro, a cidade-comum, construída como bem coletivo, campo de exercício da cidadania e expressão das múltiplas formas de vida urbana. A presença das feiras solidárias em praças centrais, portanto, não é apenas estratégica; é profundamente política (Lefebvre, 2001; Harvey, 2014).

Outra contradição recorrente emerge das parcerias institucionais firmadas por meio de processos licitatórios que, frequentemente, impõem lógicas empresariais incompatíveis com os princípios do movimento. A contratação de empresas terceirizadas para executar tarefas relativas à organização de eventos solidários tem implicado a padronização de práticas, a imposição de regras externas e a invisibilização dos próprios grupos organizadores. Essas empresas,

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v12i1.4186

ao priorizarem a eficiência administrativa e o corte de custos, acabam por precarizar o trabalho dos empreendimentos populares, submetendo-os a relações de subordinação que os distanciam do ideal de autogestão e autonomia.

Tal dinâmica configura um paradoxo: aquilo que nasceu para romper com a lógica mercantil acaba, em determinadas conjunturas, sendo capturado por ela. A pressão por resultados mensuráveis, o enquadramento em editais que demandam expertise técnica descolada da realidade dos grupos e a ausência de escuta qualificada por parte do poder público contribuem para a fragilização do movimento e para o risco de descaracterização de suas práticas. Em vez de promover o empoderamento das bases, muitas dessas parcerias institucionais terminam por reiterar as desigualdades que a Economia Solidária busca superar.

Ainda assim, o movimento resiste. Em diversas ocasiões, os próprios grupos assumem a organização das feiras, a produção das refeições, a montagem das estruturas e a gestão dos recursos, como forma de garantir a coerência com seus princípios. Essa resistência cotidiana, embora desgastante, reafirma a potência política da autogestão como prática contra-hegemônica. Trata-se de uma escolha consciente, não isenta de contradições, mas carregada de sentido: manter viva a possibilidade de uma economia centrada na vida e não no lucro.

Soma-se a isso a lentidão e a rigidez burocrática dos processos institucionais, que frequentemente inviabilizam a participação efetiva dos empreendimentos nas decisões que lhes dizem respeito. A verticalização das escolhas – como a definição dos locais de eventos, a liberação de recursos ou o desenho dos programas de fomento – contraria o princípio da construção coletiva que sustenta o ethos solidário. Tal postura não apenas fragiliza os vínculos entre o movimento e o Estado, como também compromete a legitimidade das políticas públicas voltadas ao setor.

Apesar das adversidades, há experiências inspiradoras de interlocução respeitosa entre Estado e sociedade civil, como no caso da Prefeitura de Contagem, que ofereceu suporte logístico quando Belo Horizonte negou o uso de espaços públicos para as feiras. Esse gesto, ainda que pontual, revela que é possível estabelecer relações institucionais baseadas na escuta ativa, no

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v12i1.4186

reconhecimento da diversidade e na valorização dos saberes construídos nas margens. Mais do que financiamento, o que se reivindica é o reconhecimento pleno da Economia Solidária como sujeito político e não como apêndice das políticas assistenciais.

Portanto, os desafios enfrentados pelo movimento em Belo Horizonte não são acidentais, mas estruturais. Eles evidenciam os limites de um modelo de gestão pública que, mesmo quando se propõe a ser inclusivo, opera a partir de lógicas normativas que desconsideram as especificidades dos coletivos populares. A luta pela ocupação do espaço público, pela autonomia organizativa e pelo respeito à diversidade de práticas é, ao mesmo tempo, uma luta por outra economia e por outra forma de fazer política. É nesse tensionamento permanente entre resistência e captura, entre autonomia e cooptação, que a Economia Solidária se refaz cotidianamente como campo de experimentação e reinvenção social.

5. Organização Interna e Tecnologias Sociais

A estruturação interna do movimento de Economia Solidária em Belo Horizonte configura-se não apenas como arranjo funcional, mas como expressão concreta de um projeto político-pedagógico que se opõe frontalmente às dinâmicas verticais e hierárquicas predominantes nos sistemas convencionais de gestão. Em seu cerne, estão os princípios da horizontalidade, da corresponsabilidade e da construção coletiva, que dão forma a uma racionalidade alternativa de organização do trabalho, da produção e da vida comum.

O Fórum Municipal de Economia Solidária constitui o principal instrumento de articulação e deliberação do movimento, configurando-se como espaço orgânico onde as vozes dos empreendimentos solidários encontram representação efetiva. Sua lógica organizativa pauta-se na descentralização por redes temáticas – como as de alimentação, confecção, artesanato, cosméticos e serviços – as quais garantem a escuta das singularidades de cada setor, ao mesmo tempo em que promovem a coesão identitária do conjunto. Cada rede conta com coordenação própria, eleita entre seus pares, fortalecendo o

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v12i1.4186

compromisso com a democracia direta e a legitimidade dos processos internos.

As decisões não emergem de instâncias externas ou gestores técnicos, mas de assembleias, rodas de conversa e encontros periódicos, onde a construção de consensos se dá a partir da escuta, da negociação e da mediação. Esse modo de operar contrasta radicalmente com os modelos empresariais tradicionais, nos quais a autoridade se concentra em poucos e a produtividade é medida pelo desempenho individual. No caso da Economia Solidária, a eficácia reside justamente na capacidade de articular vínculos, acolher diferenças e produzir pertencimento coletivo.

No que tange aos instrumentos operacionais, observa-se uma apropriação criativa de tecnologias digitais e sociais, utilizadas não como fins em si, mas como meios para consolidar a autonomia organizativa dos grupos. Ferramentas como Google Drive, WhatsApp, Instagram e outras plataformas acessíveis são empregadas cotidianamente na organização das feiras, na sistematização de atas, na convocação para reuniões e na divulgação das ações do movimento. Tais recursos, ao serem ressignificados pelos sujeitos populares, convertem-se em tecnologias de resistência e cuidado, potencializando a articulação em rede e a comunicação horizontal.

Essas práticas se inserem no campo mais amplo da inovação social, entendido aqui como a produção de soluções coletivas para problemas concretos da vida comunitária, elaboradas a partir dos saberes locais e das experiências vividas pelos próprios atores sociais (Dagnino, 2014). Ao contrário da inovação capitalista, centrada na competição e na obsolescência programada, a inovação social visa à sustentabilidade, à inclusão e ao empoderamento, valores estes que orientam as dinâmicas da Economia Solidária em Belo Horizonte.

Destaque especial merece o processo formativo exigido para o ingresso de novos empreendimentos no Fórum, o qual assume dimensão pedagógica essencial. Realizado em encontros quinzenais ao longo de aproximadamente três meses, esse percurso formativo é composto por oficinas, rodas de diálogo e atividades práticas que abordam temas como economia popular, direitos sociais, autogestão, justiça de gênero e sustentabilidade. Mais do que transmitir conteúdos, o curso promove um exercício de descolonização do olhar,

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v12i1.4186

convidando os participantes a refletirem criticamente sobre seus contextos, suas trajetórias e suas possibilidades de atuação coletiva.

Trata-se de uma formação política no sentido mais amplo: não apenas prepara os sujeitos para a produção e comercialização de bens, mas os convoca à construção de novos modos de existência, baseados na solidariedade, na escuta e na partilha. Essa pedagogia insurgente opera contra a lógica da empregabilidade instrumental, promovendo a centralidade da vida e da dignidade como eixos da ação econômica.

O funcionamento em redes temáticas também contribui para a resiliência do movimento diante das pressões externas. Ao agrupar empreendimentos com afinidades produtivas e desafios comuns, as redes favorecem a cooperação, o compartilhamento de recursos e a elaboração conjunta de estratégias. Essa dinâmica fortalece a interdependência solidária, contrapondo-se ao individualismo competitivo e criando uma ecologia de apoio mútuo e valorização da diversidade.

No entanto, é importante reconhecer que essa construção não está isenta de tensões. A sobrecarga de responsabilidades assumidas por lideranças voluntárias, a ausência de remuneração para funções de coordenação e a desigualdade de acesso a tecnologias e à internet em regiões periféricas impõem limites à participação equitativa. Tais fragilidades indicam a necessidade de políticas públicas mais robustas e sensíveis à realidade dos sujeitos envolvidos, capazes de garantir apoio financeiro, infraestrutura adequada e reconhecimento institucional às tecnologias sociais como estratégias legítimas de desenvolvimento.

Assim, a organização interna da Economia Solidária em Belo Horizonte revela-se como um campo fértil de experimentação democrática, em que os modos de decidir, produzir e se relacionar são constantemente reconfigurados à luz dos valores da coletividade, da justiça e da dignidade. É nesse espaço que se forjam alternativas concretas ao modelo capitalista, não apenas pela crítica, mas pela criação de outros mundos possíveis – onde o trabalho é vivido como encontro, a tecnologia como ferramenta de emancipação e a política como prática cotidiana de cuidado.

Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.12, 2025
ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v12i1.4186

6. Resultados E Discussões

A trajetória da Economia Solidária em Belo Horizonte evidencia, de forma paradigmática, os contornos complexos e dinâmicos de um processo coletivo de resistência, reconstrução de identidades sociais e reinvenção de práticas econômicas. Os dados empíricos e as análises documentais, organizadas a partir da escuta dos sujeitos envolvidos e da observação das políticas públicas implementadas, apontam para a emergência de uma experiência multifacetada, em que a dimensão econômica entrelaça-se, inseparavelmente, com os campos do político, do simbólico e do pedagógico.

O ponto de partida do movimento analisado foi a organização espontânea de mulheres em situação de vulnerabilidade extrema, sobretudo vítimas de violência doméstica, que encontraram na produção artesanal e na comercialização direta um instrumento de emancipação econômica e subjetiva. A criação de feiras autogestionadas, inicialmente localizadas em áreas centrais da cidade, transformou o espaço público em palco de visibilidade social e enunciou uma recusa à condição de marginalidade historicamente imposta a essas mulheres. O que se apresentou, à primeira vista, como atividade informal de geração de renda, rapidamente assumiu caráter político de afirmação coletiva.

A articulação com organizações da sociedade civil, como o Movimento de Mulheres do Graal, e o diálogo progressivo com o poder público municipal, permitiram a institucionalização parcial da Economia Solidária, resultando na criação do Centro Público em 2003. Esse espaço, situado em uma área de grande circulação urbana, tornou-se referência para a formação, o apoio e a articulação dos diversos empreendimentos solidários, oferecendo cursos, oficinas, infraestrutura e visibilidade institucional. Tal estrutura consolidou-se como um lócus de mediação entre saberes populares e políticas públicas, propiciando condições para que os sujeitos historicamente excluídos pudessem participar ativamente da formulação de soluções para suas próprias realidades.

Entretanto, os resultados obtidos não estão isentos de ambivalências. Ao mesmo tempo em que os empreendimentos solidários conquistaram reconhecimento jurídico e acesso a programas institucionais, passaram a

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v12i1.4186

enfrentar desafios complexos decorrentes das tensões entre os princípios da autogestão e as exigências do aparato burocrático estatal. A realização da Feira Estadual de Economia Solidária, por exemplo, tem sido marcada por disputas simbólicas e materiais quanto ao uso do espaço urbano. A negação do direito de ocupar praças centrais e a transferência dos eventos para locais privados ou pouco acessíveis simbolizam tentativas de silenciamento e esvaziamento político do movimento, evidenciando o embate entre a cidade como mercadoria e a cidade como direito.

Além disso, a gestão das parcerias públicas, frequentemente terceirizada por meio de licitações convencionais, impõe aos grupos solidários uma lógica de mercado que contradiz sua essência cooperativa. As exigências formais, a padronização de serviços e a contratação de empresas externas para executar ações do movimento reduzem os empreendimentos a fornecedores subalternos, enfraquecendo sua autonomia e obscurecendo seu protagonismo. Nesse sentido, os avanços institucionais, embora relevantes, trazem consigo o risco de cooptar ou descaracterizar a força política originária da Economia Solidária.

Frente a essas adversidades, os grupos organizados demonstram notável capacidade de resiliência e reinvenção. A execução autônoma de atividades logísticas, a adoção de tecnologias sociais acessíveis e a manutenção de formações participativas revelam estratégias de enfrentamento que afirmam a centralidade da solidariedade como valor fundante. A estruturação do movimento em redes temáticas – como confecção, alimentação e artesanato – permitiu não apenas o fortalecimento de vínculos identitários e produtivos, mas também a elaboração coletiva de soluções para os desafios enfrentados cotidianamente. O processo formativo obrigatório, pautado em metodologias horizontais e críticas, ampliou a consciência política dos participantes e consolidou a Economia Solidária como campo de formação cidadã.

Nesse cenário, observa-se que os principais resultados obtidos pelo movimento vão além da geração de renda: configuram-se como processos de subjetivação política, reconstrução de laços comunitários e construção de alternativas reais ao modelo socioeconômico dominante. A Economia Solidária em Belo Horizonte revelou-se capaz de tensionar as estruturas da cidade

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v12i1.4186

neoliberal, disputar os sentidos do espaço público e propor novos modos de vida baseados na partilha, na escuta e na dignidade. Contudo, sua continuidade e expansão demandam o fortalecimento das políticas públicas de base territorial, o reconhecimento das tecnologias sociais como patrimônio coletivo e a criação de marcos legais capazes de proteger e incentivar os empreendimentos autogestionários.

Em síntese, os resultados analisados indicam que a Economia Solidária não apenas oferece respostas emergenciais à crise do trabalho e da desigualdade, mas se constitui como campo de inovação política, cultural e institucional. As conquistas do movimento, embora ainda insuficientes frente às desigualdades estruturais que persistem, demonstram que é possível construir, desde a periferia do sistema, novas formas de existência econômica e social. Trata-se de um processo inacabado, tensionado por disputas constantes, mas profundamente enraizado na experiência concreta de quem, pela solidariedade, transforma a própria vida e a realidade ao redor.

7. Considerações Finais

A análise crítica desenvolvida neste estudo permitiu identificar a Economia Solidária como um fenômeno social de múltiplas camadas, que ultrapassa a esfera da economia formal para se firmar como expressão legítima de resistência popular, produção de autonomia e reconstrução ética das relações sociais. A experiência de Belo Horizonte, nascida da ação de mulheres em situação de violência e vulnerabilidade estrutural, mostra-se emblemática na articulação entre território, gênero e justiça econômica. Sua força reside na capacidade de criar redes cooperativas autogeridas, em franca oposição à lógica competitiva e excludente do mercado capitalista.

A centralidade do trabalho coletivo, a valorização dos saberes populares e o protagonismo de sujeitos historicamente silenciados revelam a Economia Solidária como um processo pedagógico que ressignifica o fazer econômico como prática política de afirmação identitária e de enraizamento comunitário. De acordo com Laville (2003), a construção de uma economia plural pressupõe a

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v12i1.4186

existência de um campo onde diferentes formas de cooperação, reciprocidade e solidariedade possam coexistir e disputar legitimidade com a racionalidade mercantil. Essa pluralidade, visível nas redes de confecção, alimentação e artesanato analisadas, reconfigura os modos de produzir, gerir e habitar os espaços urbanos.

Contudo, a trajetória do movimento também denuncia os limites estruturais do modelo de desenvolvimento hegemônico. A dificuldade de acesso a espaços públicos, as barreiras impostas pelas burocracias institucionais e a subordinação a processos licitatórios com viés empresarial revelam a fragilidade das políticas públicas no reconhecimento efetivo da Economia Solidária como sujeito coletivo de direitos. Segundo Veras e Silva (2020), a transversalidade de gênero nas políticas públicas é ainda um desafio permanente, marcado por resistências institucionais à ruptura com lógicas patriarcais e produtivistas. Nesse cenário, a insistência dos empreendimentos solidários em ocupar simbolicamente o espaço urbano central, mesmo diante da hostilidade velada de determinados setores do poder público, deve ser compreendida como estratégia de visibilidade política e não como simples demanda logística.

A organização interna do movimento, estruturada em redes temáticas e sustentada por tecnologias sociais de baixo custo, confirma sua capacidade de autogestão, inovação e resistência. A utilização de ferramentas acessíveis e metodologias participativas é expressão de um saber coletivo que, como destaca Dagnino (2014), não apenas propõe soluções para problemas concretos, mas redefine os critérios de validação do conhecimento. A formação política dos integrantes, desenvolvida nos processos formativos obrigatórios, transforma-se em pedagogia emancipadora, capaz de reconfigurar subjetividades e fortalecer laços comunitários, cumprindo, assim, uma função ética e educativa de alcance estratégico.

O reconhecimento da Economia Solidária como política pública estruturante ainda esbarra na ausência de um marco legal robusto e na intermitência do financiamento público. Conforme apontado pela SENAES/MTE (2016), a consolidação de um arcabouço jurídico que assegure os direitos dos empreendimentos solidários é condição indispensável para que o movimento

ISSN 2178-6925
DOI: 10.61164/rmnm.v12i1.4186

avance sem perder sua autonomia. A institucionalização, quando baseada na escuta ativa e na corresponsabilidade, pode ser aliada da resistência; quando orientada por critérios meramente gerenciais, tende a esvaziar o conteúdo político e transformar os coletivos em prestadores precários de serviços.

Portanto, reafirma-se que a Economia Solidária não deve ser tratada como política de emergência ou estratégia pontual de inclusão produtiva. Trata-se, antes, de um projeto ético-político de sociedade, cujas práticas apontam para a construção de um novo paradigma de desenvolvimento, centrado na equidade, na dignidade e na participação democrática. Conforme Sachs (2004), o desenvolvimento sustentável exige o rompimento com indicadores meramente quantitativos, devendo incorporar dimensões culturais, sociais e ecológicas. Sob essa perspectiva, os empreendimentos solidários não apenas promovem renda, mas cultivam pertencimento, confiança e justiça social.

A experiência de Belo Horizonte, ao mesmo tempo singular e replicável, convida à reflexão sobre os caminhos possíveis para uma economia que não destrua vínculos, mas os fortaleça; que não mercantilize a vida, mas a celebre em sua diversidade. Trata-se de afirmar, com base na prática concreta, que outra economia não é apenas necessária – ela já está em curso, nas bordas da cidade, nas mãos das mulheres que resistem, nos saberes que teimam em florescer entre as frestas do asfalto e da política institucional.

Referências

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2014.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Marco legal da economia solidária no Brasil: avanços e desafios. Brasília: SENAES/MTE, 2016.

DAGNINO, Renato. Tecnologias sociais: contribuições da engenharia do conhecimento para sua construção. Cadernos FUNDAP, São Paulo, n. 39, p. 7-31, 2014. Disponível em: **https://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/130699/1/Dagnino_Renato_TecnologiasSociais.pdf**. Acesso em: 10 jun. 2025.

FREITAS, Maria Cristina C. de. Economia solidária: resistência e emancipação no contexto neoliberal. São Paulo: Cortez, 2012.

GAIGER, Luiz Inácio. Sentidos do trabalho: a economia solidária entre a sobrevivência e a emancipação. In: GAIGER, Luiz Inácio (org.). Trabalho e solidariedade: economia solidária no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 15-45.

HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. Trad. Daniel Esteves Pinto. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HILLENWEG, Tanja. Economia plural e inovação social: um novo paradigma para a cooperação e o desenvolvimento. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: **https://biblioteca.ibge.gov.br/**. Acesso em: 10 jun. 2025.

LAVILLE, Jean-Louis. A economia solidária: um movimento internacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001.

LOPES, Maria da Conceição. Autogestão, gênero e território: a pedagogia da resistência na economia solidária. Revista Margem Esquerda, São Paulo, n. 41, p. 77-94, 2023.

SACHS, Ignacy. Inclusão social pelo trabalho: desafios do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. O que é economia solidária. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000. (Coleção Primeiros Passos).

UNISOL BRASIL. Boletim de economia solidária: práticas, desafios e conquistas. São Paulo: Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários, 2023. Disponível em: **https://www.unisolbrasil.org.br/**. Acesso em: 10 jun. 2025.

VERAS, Mônica de Melo; SILVA, Cláudia Maria. A transversalidade de gênero nas políticas públicas de economia solidária. Revista Brasileira de Políticas Públicas, Brasília, v. 10, n. 2, p. 157-176, 2020. DOI:

https://doi.org/10.5102/rbpp.v10i2.6719. Acesso em: 10 jun. 2025.